

## RESENHA

**“Família é a que formei”**

AZEREDO, Verônica Gonçalves. *Famílias em território vulnerável: um estudo sobre proteção social em grupos populares*. Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2015.

**Gracyelle Costa\***

Professora do curso de Serviço Social da UFF – Universidade Federal Fluminense e assistente social, Verônica Azeredo brinda o público com mais uma produção caracterizada por grandioso esforço teórico e sensibilidade.

Fruto de sua tese de doutorado, defendida em 2012, o livro *Famílias em território vulnerável: um estudo sobre proteção social em grupos populares* conjuga em sua metodologia a articulação entre pesquisa bibliográfica e de campo, com ênfase na história oral. Um método arguto e necessário neste caso, sobretudo, porque o esforço da autora se concentra em captar, no cotidiano de famílias e mulheres de baixo poder aquisitivo, os caminhos percorridos em direção à proteção social. Para tanto, toma o território um dos eixos centrais de sua análise e elege o bairro de Custodópolis, situado no distrito de Guarus, na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ), como referência.

Campos, atravessada pelo rio Paraíba do Sul, revela uma geografia peculiarmente simbólica. O lado do rio em que Custodópolis se encontra tem sido historicamente considerado sob o prisma da representação negativa e identificado como espaço de restrição de oportunidades e limitação no acesso a recursos como trabalho, políticas públicas, infraestrutura etc. Morar nesse território revela, portanto, sentidos e hierarquias construídas a partir do lugar e das relações de poder ali tecidas entremeadas por dimensões de gênero, étnico-raciais, de classe etc., que se expressam em um modo de ser e estar no mundo.

\* Assistente social, Doutoranda e Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é Professora substituta do Departamento de Métodos e Técnicas do Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: <gracyellecosta09@gmail.com>

Ao participar como pesquisadora do GRIPES-UFF (Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Cotidiano e Saúde), Azeredo se aproximou do bairro e de seus moradores. Na oportunidade, através do projeto *Cidade de Palha*, do GRIPES, contribuiu com a realização de um diagnóstico socioambiental de Custodópolis através do *Programa Bairro Saudável: tecendo redes, construindo cidadania*, uma iniciativa da Faculdade de Medicina de Campos dos Goytacazes que mantém parceria com diversas instituições, uma delas a UFF. O diagnóstico se dividiu em dois grandes momentos: 1) Estudo Exploratório, com o intuito de se conhecer e sistematizar a memória histórica do lugar por meio de entrevistas a antigos moradores, visitas a instituições e levantamento de documentos; e 2) Inquérito Populacional desenvolvido através de visitas e entrevistas, com aplicação de formulário, direcionadas às famílias do bairro - cerca de 658 à época - e que atingiu aproximadamente 51% das famílias residentes.

Após participar da pesquisa, Azeredo concebe que famílias ali inseridas vivenciam, cada uma ao seu modo, formas de “vulnerabilidade” e que as possíveis restrições dentro e fora de casa incidem sobre suas vidas, mas ao tentarem subverter esse processo, desenham itinerários de proteção social, formais ou informais. É com esse entendimento que Azeredo levanta a questão que guiará seu trabalho: “como se configuram os itinerários de proteção social das famílias no território de Custodópolis?” (p. 14).

Visando se debruçar sobre esse problema, as categorias território, vulnerabilidade, famílias e proteção social sustentam a base conceitual do texto, que é organizado em quatro capítulos, sendo os três primeiros baseados em dados quali e quantitativos, oriundos da pesquisa produzida pelo supracitado projeto do GRIPES. Já o último capítulo ganha um tom especial, pois apresenta as análises desenvolvidas a partir de pesquisa qualitativa realizada pela própria autora junto a famílias de Custodópolis, estabelecendo diálogo direto com sua questão central.

Para analisar como a convivialidade foi tecida ao longo do tempo no bairro pesquisado, somos transportados no primeiro capítulo às suas origens, que carrega no próprio nome sua história, numa relação entre a memória e as mudanças ocasionadas pelo processo de urbanização: de ponto e encontro de cortadores de cana; às construções iniciais de moradias confeccionadas com palha (a Cidade de Palha); até o loteamento do lugar pelo Sr. Custódio, configurando as “Terras de Custódio”; e por fim uma homenagem, “Custodópolis”. A valorização da memória daqueles que experimentaram o bairro em diferentes temporalidades, na mediação entre presente e passado, ocupa espaço na análise apurada sobre sua composição – ruas, lugares, limites etc. São os ricos relatos dos moradores a principal fonte de informações.

O segundo capítulo inicia com o delicado debate sobre as diferentes abordagens a respeito da categoria “vulnerabilidade”, mas vai além, ao articular essa discussão às informações referentes à estrutura de recursos

(ou sua ausência) de Custodópolis e aos perfis das famílias que ali residem, a partir dos dados colhidos no projeto do GRIPEs. O interesse é demonstrar o quanto as “vulnerabilidades” do lugar interagem e incidem sobre os grupos familiares, provocando a busca por estratégias de atendimento às suas demandas. Ou seja, para a autora ao mesmo tempo em que as “vulnerabilidades” se modulam restringindo oportunidades no território, também provocam um movimento complexo de constituição de redes e laços para sua superação e experimentação de formas específicas de proteção social.

É essa dinâmica composta pela relação entre território, famílias e proteção social que sustenta o penúltimo capítulo do livro. Nas palavras de Azeredo, “ao territorializarem determinados espaços e nele constroem seus modos de vida, as pessoas demarcam territorialidades” (p. 89). Por isso sua atenção se volta para as territorialidades familiares que se processam em Custodópolis e suas características específicas que se concebem no espaço-tempo. Para tanto, considera como de alto relevo o entendimento quanto às mudanças e ampliações na concepção das famílias no Brasil e no mundo, indicando a importância dos movimentos feministas nesse processo e na desnaturalização de papéis de gênero.

A necessidade de apurar de forma mais aprofundada estes processos familiares e sua relação com a proteção social a conduzem à pesquisa qualitativa direcionada a configurações familiares que se destacam dada a recorrência nas estatísticas em geral e na pesquisa em Custodópolis. Mas outra questão vem à tona: de que proteção social se está falando? É na seara dessa discussão que se revela como, para além da oferta do Estado, se gesta nas redes informais locais. Contudo, a ampliação da noção de proteção social aqui não se deu com o objetivo de superdimensionar responsabilidade das próprias famílias sobre si mesmas e desonerar o poder estatal, mas demonstrar a possível complementariedade dessas esferas nos modos de se viver a segurança e insegurança social no contexto diário.

É em torno da compreensão desses percursos, que as famílias perseguem e, ao mesmo tempo, constroem formas de proteção social, que se desdobrará o último capítulo. Ao recorrer à metodologia da história oral e à observação participante para pesquisar e compreender a realidade de três famílias de perfis diferenciados, a autora nos presenteia com um dos momentos mais caros do texto: conhecer a trajetória de luta e resistência das famílias de Jussara, Valdete e Márcia (nomes fictícios) e suas elaborações de formas de proteção social. E “ao narrarem seus eventos biográficos territorializados nesses contextos, as personagens aproximam o espectador de uma trama na qual vivências-convivências-conveniências se desenrolam” (p. 119-120).

As famílias foram eleitas a partir dos dados dos formulários do já mencionado projeto do GRIPEs e tomou como uma das premissas da escolha, a opção pela representação das famílias nas seguintes configurações: 1) família nuclear, formada por um casal heterossexual e filhos, onde as

responsabilidades pelo cuidado dos filhos se dá de modo compartilhado; 2) família monoparental de chefia feminina, cuja mulher se responsabiliza pelos filhos – seu cuidado e sustento; e 3) família extensa, mas especificamente aquela que se constitui no espaço dos quintais, por meio do “adensamento residencial” na qual há o convívio de várias gerações no mesmo terreno. Uma das peculiaridades que envolve a constituição das famílias negras e de suas relações. Essas são, respectivamente, as famílias de Jussara, Valdete e Márcia, mulheres, duas delas, negras, residentes em Custodópolis.

O modo como são narrados os “itinerários de proteção social” de cada família chama a atenção. Com fins didáticos, Azeredo faz uso de “cenas descritivas” que apresentam o bairro, a casa, a família, o trabalho e as mediações de cada uma com a proteção social na vida das famílias. Dessa forma, “divididas em atos, para melhor compreensão, as cenas se interconectam num movimento ritmado pelo espaço-tempo de cada personagem-família que, se em uns movimentos ganham ares peculiares, em outros se fundem nas coincidências da vida” (p. 120). A partir de uma explicação detalhada desde a infância até os dias contemporâneos das relações que estabelecem com cada um desses espaços, é possível então acompanhar os recursos mobilizados para a proteção social de cada família.

As cenas iniciam pelo bairro, onde se percebe incertezas, inseguranças e dificuldades se apresentam, mas ao mesmo tempo expressam uma visão positiva e de respeito das entrevistadas com o bairro, esse lócus da experiência urbana, revelando como aos poucos elaboraram superações diárias, percebendo a própria migração para o bairro como uma dessas estratégias, além de contarem com o auxílio dos parentes - o acolhimento em casa, ou o empréstimo temporário de moradia etc. Isso demonstra que, por vezes, mesmo ao circular por territórios com restrições, é possível sim se localizar. “Ao humanizar o espaço onde se vive, as pessoas o territorializam e nesse território buscam construir seu lugar, não apenas geográfico, mas identitário” (p. 130).

Os detalhes minuciosos e a incorporação das falas de cada uma sobre o aspecto da casa nos conduzem não só à construção imaginária da cena, mas também revelam com sensibilidade tamanha o quanto há que se avançar para constituir a habitação como política pública universal que respeite o vínculo já estabelecido com o território. Somos convidados a conhecer esse aspecto da proteção social, que varia desde a insegurança por residir em casas cedidas, à esperança pela aquisição de moradias via Estado, até a insatisfação com a casa própria em mau estado de conservação ou com as relações de parentesco que se moldam no quintal. Aqui, as experiências de gênero também são levadas em conta na análise da casa, visto que ainda recai sobre as mulheres o cuidado doméstico, restando à figura do homem, quando está presente, o papel “auxiliar” nesse sentido.

Outro ponto interessante no texto é que ao analisar o que é família, na concepção de cada entrevistada, a fala de Jussara introduz uma definição

que, se assim tomada, traz consigo a potência de romper com universalismos: “Família para mim é a que formei”. Uma sucinta e precisa explicação. Mas todas as falas comungam ao atrelar o significado de família à “responsabilidade”. Provavelmente porque, como relatado no texto, as três mulheres experimentaram, em algum momento após o nascimento de seus filhos, o abandono de seus companheiros. Um debate muito bem construído na narrativa a partir da naturalização que ainda persiste sobre o “escape da paternidade”, assim como a noção compulsória de “mulher-mãe”.

As tramas que envolvem a formação desses três grupos familiares também revelam modos de proteção social: a ruptura de vínculos, o estabelecimento de uniões estáveis e o suporte da família no cuidado dos filhos para inserção no mundo do trabalho etc. E é nesse âmbito que as atividades de doméstica e diarista aparecem com maior incidência entre as entrevistadas, que explicam as relações com os patrões que conjugam proximidade e hierarquias e que tem na informalidade dos vínculos de trabalho sua marca.

Por último, as cenas de proteção social expressam cuidados construídos com o apoio da rede interna (família, vizinhos, amigos etc.) e externa (instituições religiosas, Estado etc.). Relações “informais” e “formais” de proteção social que se gestam nas trocas materiais e imateriais, sendo as primeiras as que mais aparecem nas três famílias pesquisadas, revelando uma sobrecarga destas diante da oferta de cuidados. Apesar de algumas intervenções estatais, como o Programa Bolsa Família - não acessado por todas as famílias entrevistadas - e os equipamentos públicos, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e os serviços de saúde, apareçam como os mais presentes nessa relação entre bairro, casa, famílias e trabalho, a ausência de garantia de direitos trabalhistas, previdenciários e acesso à política habitacional etc. se sobrepõem.

Azeredo então aponta como uma das possibilidades, a urgente necessidade de planejamento de políticas públicas que se atentem às peculiaridades dos territórios, alinhadas à realidade global, que possam repercutir de forma efetiva na melhoria das condições de vida das famílias. O livro convoca à apuração das lentes diante da realidade das famílias atendidas não apenas pelo Serviço Social, mas para todos os profissionais que buscam qualificar e ampliar seu escopo de intervenção. Isso porque essas não são somente as histórias das famílias de Jussara, Valdete e Márcia, são as histórias de milhares de brasileiras e brasileiros.

DOI: 10.12957/rep.2016.25404



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.